

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015**

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA
A PROVA ESCRITA**

1. Questões Comuns:

Questão nº 05:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. A questão apresentada é bastante simples e, apesar da ancoragem ser um poema, a identificação é bastante óbvia.

Coração é Terra que Ninguém Vê

Quis ser um dia, jardineira
de um coração.

Sachei, mondei - nada colhi.

Nasceram espinhos
e nos espinhos me feriu.

Quis ser um dia, jardineira
de um coração.

Cavei, plantei.

Na terra ingrata

nada criei.

Semeador da Parábola...

Lancei **a boa semente**

a gestos largos...

Aves do céu levaram.

Espinhas do chão cobriram.

O resto se perdeu

na terra dura

da ingratidão

Coração é terra que ninguém vê

- diz o ditado.

Plantei, reguei, nada deu, não.

Terra de lagedo, de pedregulho,

- teu coração. Bati na porta de um coração.

Bati. Bati. Nada escutei.

Casa vazia. Porta fechada,

foi que encontrei...

E, “**Na terra ingrata**”, há um termo fora da ordem direta, ressaltando que a ordem direta das orações é constituída por: **sujeito, verbo, objeto e adjunto**. No caso específico, o adjunto adverbial está deslocado. Mas, por que é um adjunto adverbial?

O **adjunto adverbial** é um termo acessório da oração, cuja função é modificar um verbo, um adjetivo ou um advérbio, indicando uma circunstância (tempo, lugar, modo, intensidade,...). Sendo um termo acessório, pode ser retirado da frase sem alterar sua estrutura sintática.

Vale salientar que a ordem direta seria: “**Nada criei na terra ingrata**”.

Nada criei tem sentido intransitivo e para se obter a resposta do que é: na terra ingrata, basta se perguntar: nada criei. Onde?

A resposta ao “onde” remete a um adjunto adverbial de lugar, cuja função não é completar um verbo, mas atribuir uma circunstância.

O adjunto adverbial indica uma circunstância e é associado ao verbo, ao adjetivo ou ao advérbio. É responsável por modificar ou intensificar o sentido de um adjetivo, advérbio e do verbo.

Exemplos: **Hoje** é o dia da árvore. (“Hoje” indica tempo)

Cantamos **muito** para você. (“muito” intensifica o verbo “cantamos”)

Estavam **muito** bonitas para a festa. (“muito” intensifica o adjetivo “bonitas”)

Dormimos **muito** bem esta noite. (“muito” intensifica o advérbio “bem”)

É importante que o candidato que entrou com recurso verifique o contexto no qual o adjunto adverbial está inserido para que não haja dúvidas quanto à classificação do mesmo.

Em relação ao outro termo destacado, convém salientar que é a resposta de um verbo.

Quem lança, lança alguma coisa. No verso de Coralina, “lancei boa semente”, deve-se perguntar ao verbo: lancei o quê? Como a resposta não vem inserida por preposição, sabe-se que o verbo transitou diretamente e se configura, portanto, a sua resposta, como: **objeto direto**.

Basicamente, são dois os complementos verbais: o **objeto direto** e o **objeto** indireto:

1) **Objeto Direto**: complementa um verbo transitivo **direto**, sem auxílio da preposição.

Verbo transitivo **direto** é o que exige complemento sem auxílio de preposição.

2) **Objeto Indireto**: complementa um verbo transitivo indireto, com auxílio da preposição (de, para, com, em, sobre, sob, perante, contra, desde, em, a...).

Não aparece nenhuma preposição no início da resposta ao verbo.

Questão nº 09:

Vinte e dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. Por encontrar fontes divergentes, a questão será ANULADA.

Questão nº 11:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. Com os dados da questão dá de calcular o 6º termo da Progressão Geométrica. Utilizando a fórmula $A_n = A_1 * q^{n-1}$, temos:
 A_n = Incógnita do enunciado;
 $A_1 = 2$;
 $n = 6$;
 $q = 8/2 = 4$.
Portanto, questão elaborada de forma correta.

Questão nº 14:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. Para calcular a média das notas dos acadêmicos, tem que considerar todas as notas. Somando as notas, deve-se dividir por 30 acadêmicos que contém na classe. Vejamos:
8 acadêmicos com a nota 6,50 → $8 * 6,50 = 52$;
6 acadêmicos com a nota 8,50 → $6 * 8,50 = 51$;
2 acadêmicos com a nota 9,00 → $2 * 9,00 = 18$;
1 acadêmico com a nota 10,00 → $1 * 10,00 = 10$;
10 acadêmicos com a nota 7,00 → $10 * 7,00 = 70$;
3 acadêmicos com a nota 3,00 → $3 * 3,00 = 9$;
Somando as notas, temos 210. Dividindo por 30 acadêmicos resulta na média 7,00.
Portanto, questão elaborada de forma correta.

Questão nº 15:

Quatro candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.
DEFERIDO. Atendendo as razões elencadas pela candidata de inscrição nº 414, a questão será ANULADA. *“O item II não deve ser considerado correto, pois o termo figura geométrica engloba entre outros, polígonos e não polígonos, como é o caso do círculo. Portanto, dizer que perímetro de uma figura corresponde à soma de seus lados não é correto, visto que, nem todas as figuras geométricas possuem lados.”*

Questão nº 16:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.
INDEFERIDO. Entende-se por profissionais do magistério público da educação básica todos aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

O que determina a Lei nº 11.738 de 2008 para estes profissionais?

Para quem não localizou a pergunta, ela está destacada acima. E a lei é muito clara:

LEI 11.738 de 16 de julho de 2008

Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Referência

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso no dia 25 de junho de 2015 às 7h e 50 min.

Questão nº 17:

Trinta e cinco candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Várias leis e documentos internacionais estabeleceram os Direitos das pessoas com deficiência no nosso país, daí a necessidade de se conhecer todas as legislações. Vale ressaltar que a confusão estabelecida entre a LDB e o ECA é perfeitamente justificável, pois, ainda que diluído em vários artigos, o texto que nasceu no ECA (1990) foi retomado na LDB (1996).

1988

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um".

1989

LEI Nº 7.853/89

Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

1990

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Garante o “direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito (também aos que não tiveram acesso na idade própria); o respeito dos educadores; e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular”.

1994

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

O texto, que não tem efeito de lei, diz que também devem receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivos como trabalho infantil e abuso sexual. As que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais.

1996

LEI E DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

A redação do parágrafo 2o do artigo 59 provocou confusão, dando a entender que, dependendo da deficiência, a criança só podia ser atendida em escola especial. Na verdade, o texto diz que o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum.

2000

LEIS Nº 10.048 E Nº 10.098

A primeira garante atendimento prioritário de pessoas com deficiência nos locais públicos. A segunda estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não de massa.

2001

DECRETO Nº3.956 (CONVENÇÃO DA GUATEMALA)

Põe fim às interpretações confusas da LDB, deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais, fere a convenção e a Constituição.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um".

Quer saber mais?

BIBLIOGRAFIA

Direitos das Pessoas com Deficiência, Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, 342 páginas, Ed. WVA. São Paulo, 2014.

Questão nº 18:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão é bastante simples e de difícil identificação até mesmo para quem não conhece na íntegra o texto da lei. Pede-se que o candidato assinale o que não é objetivo desta lei.

A Lei nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Marque o que não for objetivo do Plano previsto na lei:

- a) Erradicação do analfabetismo;
- b) Universalização do atendimento escolar;
- c) Melhoria da qualidade da educação;
- d) Exclusão da gestão democrática da educação pública.**

Segue o texto completo:

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º **São diretrizes do PNE:**

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Nota-se que é objetivo **promover a gestão democrática** e não fomentar a **exclusão da gestão democrática** como apresenta a alínea D.

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso no dia 26 de junho de 2015, às 13h e 30 min.

Questão nº 21:

Seis candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão é bastante clara, pois é até unanimidade que as crianças que frequentam escolas de educação infantil ganham maior estímulo e tornam-se mais preparadas para ingressar no ensino obrigatório com melhor aproveitamento escolar. O advérbio de negação “não”, que principia a alínea B, afastou-a totalmente da essência da lei.

Observe...

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicitaram na legislação pátria a normativa que reflete à nova e acertada concepção.

Marque a opção INCORRETA quanto ao ENSINO na Educação Infantil:

a) O artigo 21 da LDB define que a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

b) Não se deve pressupor que crianças que frequentam escolas de educação infantil ganhem maior estímulo e tornem-se mais preparadas para ingressar no ensino obrigatório, com melhor aproveitamento escolar.

c) Pelo artigo 18, a educação infantil deve integrar o sistema municipal de ensino. Dessa forma, fica evidente que os municípios deverão priorizar seus investimentos na educação infantil, sem prejuízo da oferta regular do ensino fundamental.

d) O artigo 54 do ECA, inciso IV, expressa que é dever do Estado assegurar à criança atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 06 anos de idade.

Histórica e culturalmente o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches ou entidades equivalentes era efetuado e mantido por programas e políticas de assistência social.

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e posteriormente

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicitaram na legislação pátria a normativa que reflete a nova e acertada concepção.

As linhas de ação da política de assistência social são direcionadas para, em caráter supletivo, alcançar aqueles de dela necessitem. Portanto, compensatórias. Já a Educação dever do estado e direito de todos, está inserida na linha de ação de políticas sociais básicas, cuja natureza é a universalização do acesso, independentemente da classe econômica. Portanto, universal.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação escolar compõe-se de educação básica e educação superior. O artigo 21 define que a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

O artigo 22, da LDB, expressa que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. O artigo 29, do mesmo diploma legal, especifica que a finalidade na educação infantil é o desenvolvimento integral da criança até os 06 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. O artigo 30 estabelece que a educação infantil será oferecida nos seguintes moldes: a) para crianças até 03 anos de idade em creches ou entidades equivalentes; b) para crianças de 04 a 06 anos de idade em pré-escolas.

Em razão do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do poder público assegurar o direito das crianças e adolescentes à educação. O artigo 54 do ECA, inciso IV, expressa que é dever do Estado assegurar à criança atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 06 anos de idade.

O Ministério Público considera que a educação infantil é fundamental para o bom e pleno desenvolvimento da criança. Sabe-se que fatos ocorridos na primeira idade repercutem na adolescência ou na vida adulta do indivíduo. Daí a importância de haver maiores cuidados nesta faixa de idade. Entre a criança permanecer nas ruas ou sob cuidados de pessoas não qualificadas, melhor solução é ofertar escolas de educação infantil. Uma criança que sofre maus tratos, tende a apresentar problemas de natureza psicológica, capaz de comprometer sua vida adulta. Quanto antes for verificada tal situação, com adequado tratamento, maior a chance de recuperação e garantia de vida adulta sadia. É na escola, na maior parte das vezes, que se desvendam os segredos dos lares de pais, padrastos, ou outros responsáveis maltratantes de crianças. Ademais, a Escola prepara para a satisfação de múltiplas necessidades humanas. Compreender isso, é compreender a função social da escola.

Pela leitura do ECA, o acesso à educação infantil é universal, em que pese não haver obrigatoriedade dos pais em colocá-los na escola até os seis anos de idade. Pelo artigo 18, a educação infantil deve integrar o sistema municipal de ensino. Dessa forma, fica evidente que os municípios deverão priorizar seus investimentos na educação

infantil, sem prejuízo da oferta regular do ensino fundamental. Sabe-se que o poder público não assegura, ainda, o atendimento de 100% da demanda na educação infantil. Em razão dos dispositivos legais mencionados tem-se que, gradativamente, e de forma articulada com as demais políticas e programas, deverá haver um aumento no número de vagas na educação infantil, até que se possa atender plenamente a demanda neste nível de educação.

Crianças que frequentam escolas de educação infantil ganham maior estímulo e tornam-se mais preparadas para ingressar no ensino obrigatório, com melhor aproveitamento escolar. A Constituição Federal considera a criança prioridade absoluta, sendo esta um sujeito de direitos e por ser pessoa em desenvolvimento é merecedora de atendimento na área educacional desde os primeiros anos de sua vida.

Assim, é urgente que haja a reordenação das instituições e a implementação das políticas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. A política educacional trata de assegurar um dos direitos elementares, que é o direito de acesso à escola e, sobretudo, a um atendimento de qualidade tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Contudo, nunca esquecendo a importância de efetuar essa política de atendimento através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais.

Referência:

Ministério Público Federal. www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id145.htm. Acesso no dia 26 de junho às 14 horas.

Questão nº 22:

Seis candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Enquanto os pais de alunos da rede particular reclamam dos preços do material didático exigido pelas escolas de seus filhos, sobretudo dos livros, os governos federal, municipais e de **alguns estados investem bilhões de reais** para cumprir o que prevê a Constituição Federal e garantir material escolar gratuito aos estudantes das escolas públicas. Mesmo reconhecidos por pais de alunos da rede pública e por representantes do mercado editorial, os programas públicos de distribuição de livros e material escolar sofrem constantes denúncias e questionamentos.

Leia atentamente o fragmento e responda:

O Estatuto da Criança e do Adolescente avança muito em relação ao tema educação ao determinar a obrigatoriedade do Ensino Fundamental e estabelecer que é dever do poder público oferecê-lo e dos pais ou responsáveis matricular seus filhos.

Abaixo, em todas as alíneas, há diretrizes importantes tratadas pela lei, MENOS:

- a) O acesso à escola pública e gratuita próxima à residência;
- b) O atendimento especializado para crianças e adolescentes com deficiência na rede regular de ensino;
- c) **Material e uniforme gratuitos em todos os anos escolares;**
- d) O direito de meninos e meninas de zero a 6 anos à Educação Infantil.

Leia o ECA no que tange à Educação de Crianças e Adolescentes

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de **material didático-escolar**, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável pela freqüência à escola.

Art. 55 - Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56 - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III - elevados níveis de repetência.

99 Acrescentado pela Lei nº 12.010, de 29.07.09

Para vigor 90 dias após a data da sua publicação no D.O.U. de 04.08.09

Art. 57 - O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58 - No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes

a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura. Art. 59 - Os Municípios, com apoio dos Estados e da União estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Não à referência ao uniforme escolar.

2. Questões Específicas:

2.1. Pedagogo

Questão nº 27:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segundo FERRARI (2011), Ovide Decroly nasceu em 1871, em Renaix, na Bélgica, filho de um industrial e de uma professora de música. Como estudante, não teve dificuldade de aprendizado, mas, por causa de indisciplina, foi expulso de várias escolas. Recusava-se a frequentar as aulas de catecismo. Mais tarde preconizaria um modelo de ensino não-autoritário e não-religioso. Formou-se em medicina e estudou neurologia na Bélgica e na Alemanha. Sua atenção voltou-se desde o início para as crianças deficientes mentais. Esse interesse o levou a fazer a transição da medicina para a educação. Por essa época criou uma disciplina, a "pedotecnia", dirigida ao estudo das atividades pedagógicas coordenadas ao conhecimento da evolução física e mental das crianças. Casou-se e teve três filhos. Em 1907, fundou a École de l'Ermitage, em Bruxelas, para crianças consideradas "normais". A escola, que se tornou célebre em toda a Europa, serviu de espaço de experimentação para o próprio Decroly. A partir de então, viajou pela Europa e pela América, fazendo contatos com diversos educadores, entre eles o norte-americano John Dewey (1859-1952). Decroly escreveu mais de 400 livros, mas nunca sistematizou seu método por escrito, por julgá-lo em construção permanente. Morreu em 1932, em Uccle, na região de Bruxelas.

Entre os pensadores da educação que, na virada do século 19 para o 20, contestaram o modelo de escola que existia até então e propuseram uma nova concepção de ensino, o belga Ovide Decroly foi provavelmente o mais combativo. Por ter sido, na infância, um estudante indisciplinado, que não se adaptava ao autoritarismo da sala de aula nem do próprio pai, Decroly dedicou-se apaixonadamente a experimentar uma escola centrada no aluno, e não no professor, e que preparasse as crianças para viver em sociedade, em vez de simplesmente fornecer a elas conhecimentos destinados a sua formação profissional.

Decroly foi um dos precursores dos métodos ativos, fundamentados na possibilidade de o aluno conduzir o próprio aprendizado e, assim, aprender a aprender. Alguns de seus pensamentos estão bem vivos nas salas de aula e coincidem com propostas pedagógicas difundidas atualmente. É o caso da idéia de globalização de conhecimentos - que inclui o chamado método global de alfabetização - e dos centros de interesse.

O princípio de globalização de Decroly se baseia na ideia de que as crianças apreendem o mundo com base em uma visão do todo, que posteriormente pode se organizar em

partes, ou seja, que vai do caos à ordem. O modo mais adequado de aprender a ler, portanto, teria seu início nas atividades de associação de significados, de discursos completos, e não do conhecimento isolado de sílabas e letras. "Decroly lança a ideia do caráter global da vida intelectual, o princípio de que um conhecimento evoca outro e assim sucessivamente", diz Marisa Del Cioppo Elias, professora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Os centros de interesse são grupos de aprendizado organizados segundo faixas de idade dos estudantes. Eles também foram concebidos com base nas etapas da evolução neurológica infantil e na convicção de que as crianças entram na escola dotadas de condições biológicas suficientes para procurar e desenvolver os conhecimentos de seu interesse. "A criança tem espírito de observação; basta não matá-lo", escreveu Decroly.

Necessidade e interesse

O conceito de interesse é fundamental no pensamento de Decroly. Segundo ele, a necessidade gera o interesse e só este leva ao conhecimento. Fortemente influenciado pelas idéias sobre a natureza intrínseca do ser humano preconizadas por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Decroly atribuía às necessidades básicas a determinação da vida intelectual. Para ele, as quatro necessidades humanas principais são comer, abrigar-se, defender-se e produzir.

A trajetória intelectual e profissional de Decroly se assemelha à da contemporânea Maria Montessori (1870-1952). Como a italiana, o educador belga se formou em medicina. Encaminhando-se para a neurologia, também como ela trabalhou com deficientes mentais, criou métodos baseados na observação e aplicou-os à educação de crianças consideradas "normais". Ambos acreditavam que o ensino deveria se aproveitar das aptidões naturais de cada faixa etária.

Mas, ao contrário de Montessori, cujo método previa o atendimento individual na sala de aula, Decroly preferia o trabalho em grupos, uma vez que a escola, para ele, deveria preparar para o convívio em sociedade. Outra diferença é que a escola montessoriana recebe as crianças em ambientes preparados para tornar produtivos os impulsos naturais dos alunos, enquanto a escola-oficina de Decroly trabalha com elementos reais, saídos do dia-a-dia.

Os métodos e as atividades propostos pelo educador têm por objetivo, fundamentalmente, desenvolver três atributos: a observação, a associação e a expressão. A observação é compreendida como uma atitude constante no processo educativo. A associação permite que o conhecimento adquirido pela observação seja entendido em termos de tempo e de espaço. E a expressão faz com que a criança externe e compartilhe o que aprendeu.

Linguagens múltiplas

No campo da expressão, Decroly dedicou cuidadosa atenção à questão da linguagem. Para ele, não só a palavra é meio de expressão mas também, entre outros, o corpo, o desenho, a construção e a arte.

Com a ampliação do conceito de linguagem, que a lingüística viria a corroborar, Decroly pretendia dissociar a idéia de inteligência da capacidade de dominar a linguagem convencional, valorizando expressões "concretas" como os trabalhos manuais, os esportes e os desenhos.

Escolas que são oficinas

A marca principal da escola decroliana são os centros de interesse, nos quais os alunos escolhem o que querem aprender. São eles também que constroem o próprio currículo, segundo sua curiosidade e sem a separação tradicional entre as disciplinas. "Hoje se fala tanto em interdisciplinaridade e projetos didáticos. Isso nada mais é do que os centros de interesse", diz a professora Marisa del Cioppo Elias. Os planos de estudo dos centros de interesse podem surgir, entre as crianças menores, das questões mais corriqueiras.

A marca principal da escola decroliana são os centros de interesse, nos quais os alunos escolhem o que querem aprender. São eles também que constroem o próprio currículo, segundo sua curiosidade e sem a separação tradicional entre as disciplinas. "Hoje se fala tanto em interdisciplinaridade e projetos didáticos. Isso nada mais é do que os centros de interesse", diz a professora Marisa del Cioppo Elias. Os planos de estudo dos centros de interesse podem surgir, entre as crianças menores, das questões mais corriqueiras.

Para pensar

Decroly ficou chocado com a realidade que conheceu ao trabalhar com deficientes - a maioria recém-saída de uma experiência de marginalização e fracasso nas escolas públicas. O médico equiparava parte dos institutos de educação dos bairros pobres a hospícios e casas de correção para delinquentes. Decroly concebia as relações dentro da escola como uma sociedade em miniatura. Elas teriam função preventiva, de garantir formação intelectual, física e moral sólida para construir uma vida de cidadão. Essa formação deveria ser conduzida pelas próprias crianças desde os primeiros anos de escola.

<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/ovide-decroly-307894.shtml>

Questão nº 31:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. O processo de avaliar é intrínseco do ser humano, ele está presente em nosso dia a dia, tanto avaliando como sendo avaliado, quando julgamos ou comparamos algo, temos então uma maneira basilar ou informal de avaliação. Essa conduta também acontece no contexto escolar, a qual se concretiza por meio das avaliações dos alunos, que devem comprovar o que, e quanto aprenderam. Também somos constantemente avaliados pelos padrões, família, amigos e sociedade de modo geral.

“Avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma, está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na

prática pedagógica e realizada por meio de instrumentos e critérios bem refletidos” (CHUEIRI *apud* CALDEIRA, 2000).

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuições de notas. A avaliação cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

A avaliação tem funções específicas como: 1) facilitar o diagnóstico; 2) melhorar a aprendizagem e o ensino (controle); 3) estabelecer situações individuais de aprendizagem; 4) interpretar os resultados; 5) promover, agrupar alunos (classificação).

Questão nº 36:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. O Método Montessori é um modelo educacional desenvolvido pela médica e educadora Maria Montessori.

É caracterizado por uma ênfase na independência, liberdade com limites e respeito pelo desenvolvimento natural das habilidades físicas, sociais e psicológicas da criança.

Maria Montessori dizia: “nunca ajude uma criança numa tarefa que ela sente que pode realizar sozinha”.

Os brinquedos devem estimular também a criatividade, os sentidos, a concentração, a coordenação, a responsabilidade, a noção dos cuidados pelo bem estar comum, e no aspecto cognitivo, preparar a mente matemática e apoiar o desenvolvimento da linguagem.

Referências

MONTESSORI, Maria **Pedagogia científica: a descoberta da nova criança**. Editora Flamboyant, 1965.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Apezatto (Orgs.). **Pedagogias(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Questão nº 40:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segundo ARROYO (2012), Freinet se identificava com a corrente da Escola Nova e protagonizou as chamadas Escolas Democráticas, pois, para ele, além das técnicas pedagógicas, achava que o aspecto político e social ao redor da escola não devia ser ignorado pelo educador. A pedagogia traz em seu bojo a preocupação com a formação de um ser social que atua no presente.

ARROYO, M. G. **O Direito a Tempos-Espaços de um Justo e Digno Viver**. In: MOLL, J. Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

FREINET, Celestin. **A Educação do Trabalho**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira.-São Paulo: Martins Fontes,1998, p. 9 – 339.

FREINET, Celestin. **Para uma Escola do Povo**. Tradução: Eduardo Brandão.- São Paulo: Martins Fontes, 1996b, p.1 – 127.

FREINET, Celestin. **Pedagogia do Bom Senso**. Tradução: J. Baptista.-São Paulo: Martins Fontes, 1996a, p.3 – 125.

2.2. Professor de Anos Iniciais

Questão nº 40:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segundo os autores CASTORINA (2006) e BRINGUIER (2013), “Piaget desenvolveu em suas pesquisas a teoria da construção do conhecimento, mais conhecida como Epistemologia Genética, seu foco principal foi o sujeito Epistemológico o qual foi estudado pelo método clínico e esta foi a sua principal contribuição para o setor educacional”.

Referências

CASTORINA, J. A. (2006). “O Debate Piaget-Vygotsky: a Busca de um Critério para sua Avaliação”. in: CASTORINA, j. A. et ai. Piaget & Vygotsky (Novas Contribuições para o Debate). 3. ed. São Paulo: Ática, pp. 7-50.

BRINGUIER, J. C. (2013). Conversando com Jean Piaget. 2. ed. Rio de Janeiro, Bertand Brasil.

2.3. Professor de Artes

Questão nº 34:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pela candidata e a questão será ANULADA.

2.4. Professor de Educação Especial

Questão nº 27:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segundo LAFON (2009), a deficiência auditiva é o nome usado para indicar perda de audição ou diminuição na capacidade de escutar os sons. Qualquer problema que ocorra em alguma das partes do ouvido pode levar a uma deficiência na audição. Entre as várias deficiências auditivas existentes, há as que podem ser classificadas como condutiva, mista ou neurossensorial. A condutiva é causada por um problema localizado no ouvido externo e/ou médio, que tem por função "conduzir" o som até o ouvido interno.

Esta deficiência, em muitos casos, é reversível e geralmente não precisa de tratamento com aparelho auditivo, apenas cuidados médicos. Se ocorre uma lesão no ouvido interno, há uma deficiência que recebe o nome de "neurossensorial". Nesse caso, não há problemas na "condução" do som, mas acontece uma diminuição na capacidade de receber os sons que passam pelo ouvido externo e ouvido médio. A deficiência neurossensorial faz com que as pessoas escutem menos e também tenham maior dificuldade de perceber as diferenças entre os sons.

A deficiência auditiva mista ocorre quando há ambas as perdas auditivas: condutiva e neurossensorial numa mesma pessoa.

Há muitas maneiras de se identificar a deficiência auditiva das crianças por meio de seus comportamentos. Segundo JAMIASON (1999), as crianças com problemas de audição apresentam atraso no desenvolvimento da linguagem esperado para a idade, dormem ou se concentram, mesmo com barulhos intensos, não atendem quando são chamadas, mas no que tange à agressividade, muito raramente será indício de surdez.

Questão nº 33:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. “Estipular um período menor para que crianças e jovens possam retomar conteúdos, realizar tarefas mais complexas, entregar trabalhos e realizar provas. Um surdo jamais precisará de aulas de Língua Portuguesa”.

De acordo com CASAGRANDE (2014), “é preciso determinar um período maior para que crianças e jovens possam retomar conteúdos, realizar tarefas mais complexas, entregar trabalhos e realizar provas. Um surdo pode precisar disso nas aulas de Língua Portuguesa, por exemplo, quando tiver de redigir um texto”.

A Sra. Angela Stein (especialista em deficiência auditiva), diz que o Português é para a criança surda como o Português é para o estrangeiro, precisamos dar o tempo necessário para o reconhecimento grafêmico.

www.revistaescola.abril.com.br/formacao/adequar-caminho-511134.shtml

Questão nº 37:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segundo o Ministério da Educação, a implantação de salas de recursos multifuncionais, com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização tem a intenção de atender com qualidade alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. Não se propõe afastá-los, mas oferecer a estes estudantes mais situações de desenvolvimento. O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP.

A Secretaria de Educação Especial oferece equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade para a organização das salas de recursos multifuncionais, de acordo com as demandas apresentadas pelas secretarias de educação em cada plano de ações articuladas (PAR).

<http://portal.mec.gov.br>

2.5. Professor de Educação Física

Questão nº 31:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Em primeiro lugar, orientamos aos candidatos não apenas nesse concurso como em qualquer outro concurso ou processo seletivo, que ao entrar com recurso referencie e defenda através de embasamento teórico a sua justificativa para este. Entenda que é essencial que o candidato apresente a fonte de onde retirou e citou o motivo do recurso.

De acordo com Giron (2009, p. 43) pronação é o movimento rotatório de um membro no sentido ventral, mantendo fixo o eixo do membro.

GIRON, Paulo Augusto. **Princípios de anatomia Humana: atlas e texto**. 2. ed. Caxias do sul, RS: Educus, 2009.

A pronação dos pés é um movimento normal, do impacto do pé do lado externo do tornozelo até a rolagem do pé para dentro. Todos os pés pronam, isso ocorre à medida que o pé se movimenta da borda exterior à borda interior, e é crucial para a absorção do impacto. Porém, se o pé prona demais ou de menos, e se ocorrer com frequência, vários problemas biomecânicos podem resultar disso, diminuindo o desempenho e aumentando a possibilidade de lesão. Enfim, os pés realizam movimento de pronação.

Questão nº 39:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. A banca compreende a questão de ambiguidade, portanto, a questão será ANULADA.

2.6. Professor de Educação Infantil

Questão nº 27:

Cinco candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Nas últimas décadas, vem sendo observada no Brasil a expansão da Educação Infantil (CRAIDY; KAERCHER, 2001). Em termos da legislação brasileira, a Constituição Federal de 1988 reconhece o dever do Estado e o direito da criança de ser atendida em creches e pré-escolas e vincula esse atendimento à área educacional. Nota-se, na referida Constituição, a inclusão da creche no capítulo da Educação, sendo ressaltado seu caráter educativo, em detrimento do caráter assistencialista até então característico dessa instituição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (**LDB 9.394/96**) **regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica e indicando como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade**, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Ainda no que se refere à legislação, são instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB n. 1, de 07/04/1999), de caráter mandatário, a serem observadas na elaboração das propostas pedagógicas de cada estabelecimento. Tais Diretrizes foram

recentemente revogadas pela Resolução CNE/CBE n. 5, de 17 de dezembro (BRASIL, 2009a), que institui novas diretrizes para esta etapa da Educação Básica.

Questão nº 30:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de Educação Infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores.

Cuidar

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da Educação Infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica, ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. Vale salientar que o trabalho do docente não se restringe somente ao cuidado.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC; SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso no dia 26 de junho de 2015 às 16h.

Como bem indica o texto acima, o trabalho do profissional de Educação Infantil não deve se restringir somente ao cuidado.

Identifique a alínea que apresenta o que não for competência do professor de Educação Infantil:

- a) A organização do trabalho pedagógico, realizado pelo professor, deve contemplar os cuidados necessários para que a criança se aproprie dos conhecimentos de maneira lúdica e de acordo com o seu desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo.
- b) O professor deve compreender e administrar situações-problema, ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos.
- c) O professor de Educação Infantil deve restringir seu trabalho ao cuidado, pois promover o desenvolvimento das crianças é de competência da família.
- d) O professor da educação infantil exerce o papel de mediador para que as crianças se apropriem de conhecimentos mais elaborados.

Questão nº 39:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Identifique a alínea que NÃO estiver de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) É dever do estado a educação das crianças menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

b) A legislação destaca que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

c) A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

d) A lei determina que os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino.

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Art. 2º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único - Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade. Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único - A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O estado divide com a família e a comunidade a responsabilidade pelas crianças.

Questão nº 40:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Para Vygotsky, a aprendizagem é um processo social e, por isso, deve ser mediada. Nessa concepção, o papel da escola é orientar o trabalho educativo para estágios de desenvolvimento ainda não alcançados pelo aluno, impulsionando novos

conhecimentos e novas conquistas a partir do que já sabe, constituindo uma ação colaborativa entre o educador e o aluno.

A questão é bastante clara quando menciona que a aprendizagem é um processo social. Neste tipo de concepção, o aprender também passa por estágios e vai evoluindo a partir das experiências vividas.

Referência

<http://educarparacrescer.abril.com.br/pensadores-da-educacao/lev-vygotsky.shtml> Acesso no dia 26 de junho de 2015, às 19 horas.

2.7. Professor de História

Questão nº 40:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. Houve troca na publicação do Gabarito. Realmente o item II da questão está incorreto, sendo corretos apenas os itens I, III e IV, diante disto o gabarito será ALTERADO para a alternativa “B”.

<http://www.suapesquisa.com/francesa/>

<http://www.escolakids.com/antecedentes-da-revolucao-francesa-de-1789.htm>

2.8. Professor de Informática

Questão nº 26:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão foi elaborada de maneira correta, respeitando a legislação vigente para Concursos Públicos.

Questão nº 28:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Um candidato alega que tanto a alternativa A quanto a alternativa D não haveria comunicação. Outra candidata alega que a alternativa A também haveria comunicação. Sem razão aos recorrentes, haja vista que para existir comunicação necessita estar na mesma classe e mesma rede. Lembramos que em um IP de classe A, o primeiro octeto é identificação de Rede e os outros três octetos são para numeração dos hosts. Um IP de classe B, os dois primeiros octetos são para identificação da Rede e os outros dois são para numeração dos hosts. E por último, um IP de classe C, os três primeiros octetos são de identificação de Rede e apenas o último octeto para numeração dos hosts.

Questão nº 31:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta. Estamos no Brasil e o idioma utilizado no mesmo é Português BR.

Questão nº 32:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A questão pedia a função do seguinte botão  encontrado na aba Layout da Página e não do botão  encontrado na aba Página Inicial.

Questão nº 37:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Está claro e em evidência que há três células selecionadas: A1, B2 e C3. Ao utilizarmos a tecla Ctrl para selecionar células salteadas, apenas a última célula a ser marcada é que ficar com o contorno preto.

2.9. Professor de Ensino Religioso

Questão nº 23:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segundo CASSEB (2009), a descoberta do Brasil por Portugal coincidiu com o movimento europeu da Reforma Religiosa Protestante por Martinho Lutero e a Contra-Reforma pela Igreja Católica Apostólica Romana. Isso ocorreu por volta de 1517 e possibilitou o surgimento de novas seitas cristãs e consequente intolerância religiosa entre católicos e protestantes na Europa. Os tribunais da Santa Inquisição foram criados desde 1184, no sul da França. Já a Congregação do Santo Ofício, ou Inquisição Romana, foi fundada em 1542. Os portugueses e espanhóis, fiéis à Roma, impulsionaram a Contra-Reforma e a Inquisição, defendendo a “verdadeira fé” e perseguindo os que a negavam. Neste período os Papas proclamavam Portugal e Espanha como um “povo messiânico”, eleitos por Deus para levarem a fé cristã até os “confins da Terra”, e lhes concediam direitos específicos sobre sua missão religiosa. Com isto, surgiu o Padroado, ou a tutela do Estado sobre a Igreja Católica na Espanha, Portugal e suas colônias. Foi por meio deste artifício que surgiu o que podemos chamar de primeira forma de ensino religioso nos setores públicos no Brasil.

CASSEB, Samir Araujo. **Ensino Religioso: Legislação e seus desdobramentos nas salas de aula do Brasil.** Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, Brasil. 21 a 25 de janeiro de 2009.

Questão nº 28:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Os descritores constituem o **conjunto de habilidades e competências** que deve ser trabalhado em todos os anos escolares em todas as disciplinas, inclusive no Ensino Religioso.

www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/saeb

Questão nº 38:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. Por um erro de digitação na alternativa “C” a questão será ANULADA.

2.10. Professor de Geografia

Questão nº 30:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta. A única alternativa incorreta é a letra “B” conforme publicada no gabarito.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. Editora Contexto.

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/ibge-mantera-pesquisa-mensal-de-emprego-em-2015>

<http://www.indeed.com.br/empregos?q=lbge+Empregos&matchtype=b&network=s&device=c&devicemodel=&creative=46014646888&keyword>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id

Questão nº 36:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta, estamos falando do Ramo da Geografia voltada para os múltiplos fenômenos atuais e passados, relacionados com a extensão, distribuição, características, causas, processos e dinâmicas da água em estado sólido, em todas as manifestações que se apresenta na natureza (neve, granizo, gelo, glaciares, etc) é a **Glaciologia** e não a Hidrologia.

http://www.suapesquisa.com/geografia/geografia_fisica.htm

MAGNOLI, Demétrio - **Geografia: paisagem e território: geografia geral e do Brasil** - 3ª Ed. Reform. - São Paulo: Moderna, 2001.

BOLIGIAN, Levon. **Geografia: espaço e vivência**: volume único: ensino médio - 2ª ed. - São Paulo: Atual, 2007.

Questão nº 38:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta. A resposta certa é realmente a alternativa “D” conforme publicada no gabarito.

<http://www.alunosonline.com.br/geografia/fontes-energia.html>

<http://www.alunosonline.com.br/geografia/fontes-nao-renovaveis.html>

BOLIGIAN, Levon. **Geografia: espaço e vivência**: volume único: ensino médio - 2ª ed. - São Paulo: Atual, 2007.

Questão nº 40:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Questão elaborada de forma correta. Única alternativa incorreta é a letra “A” conforme gabarito publicado.

ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA . **Diversidade da Natureza**. Fascículo 2. Editora UDESC. Florianópolis, 2014.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. Editora Contexto.

<http://geografiaopinativa.blogspot.com.br/2013/08/geografia-de-santa-catarina.html>

<http://www.infoescola.com/santa-catarina/geografia-de-santa-catarina/>

2.11. Professor de Língua Portuguesa

Questão nº 26:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Os **pronomes pessoais oblíquos** assumem, frequentemente, a função de **objeto direto** ou objeto indireto, podendo ser tônicos ou átonos.

Pronomes pessoais oblíquos tônicos

Os pronomes pessoais oblíquos tônicos são sempre precedidos de uma preposição, como: para, a, de e com. Devem ser usados quando, na frase, o substantivo que substituem tem função de objeto indireto. As formas contraídas comigo, contigo, conosco,... podem ainda assumir a função de adjunto adverbial de companhia.

Exemplos de pronomes pessoais oblíquos tônicos:

1.^a pessoa do singular - mim, comigo

2.^a pessoa do singular - ti, contigo

3.^a pessoa do singular - ele, ela, si

1.^a pessoa do plural - nós, conosco

2.^a pessoa do plural - vós, convosco

3.^a pessoa do plural - eles, elas, si

Exemplos:

- Você comprou esta blusa para mim? (objeto indireto)
- Você sabe que eu gosto de ti. (objeto indireto)
- Amanhã vou ao cinema contigo. (adjunto adverbial)

Pronomes pessoais oblíquos átonos

Os pronomes pessoais oblíquos átonos não são precedidos de uma preposição. Podem ser usados quando, na frase, o substantivo que substituem tem função de objeto direto (**o, a, os, as**) ou de objeto indireto (lhe, lhes).

Exemplos de pronomes pessoais oblíquos átonos:

1.^a pessoa do singular – me

2.^a pessoa do singular – te

3.^a pessoa do singular - o, a, se, lhe

- 1.^a pessoa do plural – nos
- 2.^a pessoa do plural – vos
- 3.^a pessoa do plural - os, as, se, lhes

Exemplos:

- Eu comprei-o numa loja no centro da cidade. (objeto direto)
- O diretor ligou-lhe, mas ele não atendeu o telefone. (objeto indireto)

A ligação dos pronomes pessoais oblíquos átonos aos verbos pode ser feita através de próclise (antes do verbo), mesóclise (intercalado no meio do verbo) ou ênclise (depois do verbo).

Exemplos:

- não me deram (próclise);
- oferecer-nos-ão (mesóclise);
- ofereceram-me (ênclise).

Além disso, conforme o verbo a que estão ligados, os pronomes pessoais oblíquos átonos sofrem alterações para: no, na, nos, nas, lo, la, los, las.

Exemplos:

- Fizeram-nos esperar muito!
- Ela vai seduzi-lo rapidamente.

Questão nº 27:

Nove candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

DEFERIDO. A banca atende as razões elencadas pelos candidatos e a questão será ANULADA.

Questão nº 31:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. É visível que o equívoco foi de digitação e em nada compromete o entendimento da questão. Ambas as palavras continuam sendo objetos diretos, pois respondem à pergunta “o quê”, feita ao verbo.

**Os termos destacados deves ser sintaticamente classificados como:
AUSÊNCIA**

Por muito tempo achei que a ausência é falta.

E lastimava, ignorante, a falta.

Hoje não a lastimo.

Não há falta na ausência.

A ausência é um estar em mim.

E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
que rio e danço e invento exclamações alegres,
porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim.

Carlos Drummond

a) Objeto Indireto;

b) Objeto Direto;

- c) Adjunto Adnominal;
- d) Agente da Passiva.

Questão nº 33:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A forma correta de escrita da palavra é basculante. A palavra vasculante está errada. A palavra basculante pode ser um substantivo ou um adjetivo. Devemos usar o adjetivo basculante sempre que quisermos referir algo que funciona com **movimento de básculo**, ou seja, que funciona girando sobre um eixo horizontal, baixando uma das extremidades e elevando a outra extremidade, sendo inclinável.

Refere-se também aos veículos que, através de movimento de básculo na sua carroceria, permitem descarregar materiais facilmente. Enquanto substantivo masculino, devemos utilizar a palavra basculante como redução de janela basculante, ou seja, uma janela que opera com movimento de básculo.

Exemplos:

O portão basculante da garagem está estragado, precisando ser consertado. Está quase chegando o caminhão basculante que vai transportar essa areia. A empregada já limpou o basculante da cozinha?

A palavra basculante pode ter sua origem na palavra em francês *basculant* ou ser formada por derivação sufixal, onde é acrescentado um sufixo a uma palavra já existente, alterando o sentido da mesma. Assim, temos a palavra básculo, com origem também no francês *bascule*, mais o sufixo – ante. Este é um sufixo nominal, proveniente das terminações do particípio presente latino, que forma adjetivos indicando uma ação, qualidade ou estado.

Desta forma, a palavra basculante deverá ser escrita com b inicial e não com v. As palavras báscula e básculo, cognatas de basculante, deverão também ser escritas com b. Esta dúvida surge por confusão com os verbos basculhar e vasculhar. Contudo não devemos confundir porque são verbos com origem distinta da palavra basculante e, conseqüentemente, significado distinto.

Basculante pode ser um adjetivo de dois gêneros, ou seja, um adjetivo uniforme que apresenta sempre a mesma forma, quer no gênero feminino, quer no gênero masculino (a porta basculante/o portão basculante). Na língua portuguesa, os adjetivos terminados em –e são adjetivos uniformes: basculante, excelente, doce, triste, terrestre, leve, pobre, competente, entre outros.

Não há erro também na alínea: Havia crianças no parque durante a tarde, pois neste contexto está precedido de “durante” e não se trata de locução adverbial feminina e sim, de um substantivo.

Comungam desta versão os autores Luis Antonio Sacconi, Napoleão Mendes de Almeida e Evanildo Bechara.

2.12. Professor de Matemática

Questão nº 25:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. O item (I) está incorreto, pois pela propriedade da potência, quando temos a potência de uma potência, devemos manter a base e multiplicar os expoentes, assim para que a sentença estivesse correta, o b deveria ser elevado à sexta potência.

O item (II) é falso e podemos provar pelo absurdo.

$$2^x + 4^x + 3^x = 9^x$$

Atribuindo $x = 2$, temos:

$$2^2 + 4^2 + 3^2 = 9^2$$

$$4 + 16 + 9 = 81$$

$29 = 81$, o que é um absurdo. Portanto a sentença é incorreta.

Item (III) é falso. Usando a propriedade da potenciação, podemos escrever $(m-n)^2/9^2$.

E, $(m-n)^2 = m^2 - 2mn + n^2$ e não $n^2 - m^2$, conforme está na sentença.

Item (IV) é correto, visto que o número 8 pode ser escrito como uma potência de base 2. Isto é, $8 = 2 \times 2 \times 2 = 2^3$. E, quando temos uma potência de uma potência, mantemos a base e multiplicamos os expoentes, ficando com 2^{3x} .

Questão nº 26:

Três candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO.

A média do lucros é calculada em relação aos 5 anos apresentados no gráfico (2010, 2011, 2012, 2013 e 2014). No ano de 2010 o lucro da indústria foi nulo, em 2011 o lucro foi entre 7,5 milhões, em 2012 o lucro foi de 5 milhões, em 2013 foi aproximadamente 6,5 milhões e, em 2014 foi de 10 milhões, somando os lucros (arredondados para cima) temos, 29 milhões. Dividindo pelo número de anos, que é 5, temos que a média dos lucros é SUPERIOR a 5 milhões e INFERIOR a 6 milhões de reais. Desta forma, as alternativas **a** e **b** estão corretas.

A alternativa **c** está correta. O ano de maior crescimento percentual dos lucros, em relação ao ano anterior, foi 2011. Como no ano de 2010 o lucro foi nulo, em 2011 o crescimento foi de aproximadamente 6,5 milhões e, conforme pode-se verificar no gráfico, o maior crescimento entre os anos observados.

A alternativa **d**, está incorreta. O decréscimo percentual em 2012 foi inferior ao crescimento percentual em 2013 (crescimento e decréscimo em relação ao ano anterior). Visto que o decréscimo (2011-2012) foi de aproximadamente 2,5 milhões e o crescimento em 2012-2013 foi de aproximadamente 1,5 milhões, o que mostra que o decréscimo percentual em 2012 foi SUPERIOR ao crescimento percentual em 2013.

Questão nº 31:

Dois candidatos impetraram recursos sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Segue o cálculo correto a ser desenvolvido.

$$J_{poupança} = C \times i \times t = 30.000 \times 9\% \times 1 = 2.700$$

$$J_{fundo} = C \times i \times t = 20.000 \times 12\% \times 1 = 2.400$$

$$J = J_{poupança} + J_{fundo} = 5.100$$

$$J = C \times i \times t$$

$$5.100 = 50.000 \times i \times 1$$

$$i = \frac{5.100}{50.000} = 0,1020 \text{ ou } 10,20\% \text{ a. a.}$$

Portanto, a taxa global de juros é 10,20% a. a. e a alternativa correta é a opção b. O conteúdo da questão é objetivo, não há espaço para dupla interpretação.

Questão nº 32:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A área da figura total é a soma das suas áreas parciais.

Observa-se que a figura é formada por um retângulo e por um triângulo retângulo.

$$\text{Área do triângulo} = \frac{a \cdot b}{2} = \frac{8 \cdot 7}{2} = 28 \text{ cm}^2$$

$$\text{Área do retângulo} = a \cdot b = 12 \cdot 7 = 84 \text{ cm}^2$$

Logo, a área da figura é 112 cm²

Questão nº 33:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. A afirmação “**A técnica de amostragem pode ser utilizada quando há a necessidade de alta precisão dos parâmetros levantados pela pesquisa.**” é falsa, pois a amostra, como o próprio nome já diz é uma parcela da população, que representa esta população considerando-se uma porcentagem de erro. Assim, quando um parâmetro necessitar ser avaliado com grande precisão, devemos pesquisar toda a população e não uma amostra dela. As demais alternativas estão corretas.

Questão nº 34:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada.

INDEFERIDO. Por definição, quadrado é a figura geométrica cujos lados são iguais entre si e cujos ângulos são retos.

Paralelogramo é um polígono que possui quatro lados, sendo que os segmentos paralelos possuem medidas iguais. Note que apenas os paralelos devem possuir a mesma medida. Por exemplo, o retângulo é um paralelogramo que possui os lados paralelos opostos iguais. Logo, podemos demonstrar que por definição, todo retângulo é um paralelogramo.

Portanto, como um retângulo não é um quadrado, conclui-se que nem todo paralelogramo é um quadrado.